

Leila

86

Assunto: ENC: Rede Vida 330

Rede Vida

O Boletim Rede Vida é produzido pelo **Instituto Centro de Vida - ICV**

***** Edição 330 ***** 22/10/99 *****

CARTA DE REPÚDIO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS E RIBEIRINHAS SOBRE OS IMPACTOS DOS PROJETOS DA HIDROVIA ARAGUAIA- TOCANTINS E HIDRELÉTRICAS

Luziânia-GO, 21 de outubro de 1999

Nós, Lideranças e Caciques representantes dos Povos: Apinajé, Xerente, Karajá, Javaé, Tapirapé e Krahô atingidos pelos Projetos da Hidrovia Araguaia Tocantins, pela Construção de Hidroelétricas, a exemplo de Lajeado, e outras que estão planejadas como Serra Quebrada, Peixe, Ipueiras e demais, estivemos reunidos em Luziânia-GO, em 18 de outubro de 1999, para discutir os impactos ambientais, sociais e culturais, que causará às comunidades indígenas, bem como aos ribeirinhos e camponeses.

Os rios Araguaia e Tocantins formam uma das maiores bacias de água potável do nosso país. Caso esses empreendimentos venham a ser executados, ocorrerá a poluição das águas, afetando diretamente todo o ecossistema da região, com isso comprometendo a sobrevivência de milhares de famílias que dependem diretamente desses rios.

A Hidrovia Araguaia/Tocantins além de atingir os povos indígenas e ribeirinhos aqui presentes, atingirá os povos: Gavião, Avá-Canoeiro, Gavião/Parkatejê, Parakanã, Aikewar/Surui, Assurini e Xikrin. Serão afetadas também as unidades de conservação Parque Nacional do Araguaia, Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins, Reserva Estadual do Lajeado(TO), Reserva Extrativista Ciriaco, Reserva Extrativista Mata Grande (MA), Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Reserva Biológica do Tapirapé, Área de Proteção Ambiental Igarapé Gelado (PA), Parque Estadual Serra Azul, Área de Proteção Ambiental Estadual Serra Azul (MT).

O principal objetivo deste empreendimento é implementar a navegação comercial nos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes, para transportar adubos, combustíveis, safras de grãos das regiões Centro-Oeste e Norte do País. Sabemos que estes rios não são navegáveis para grandes barcas, para torná-los navegáveis será necessário dinamitar todo o leito dos rios, dragar, o que provoca a morte dos rios, dos peixes, dos animais que deles dependem. É um projeto que traz a morte de milhares de famílias, entre elas 35 comunidades indígenas, que dependem exclusivamente destes, para nós o rio é fonte de vida. Estamos preocupados com a ameaça de construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Os impactos na fauna e na flora podem causar vários problemas para nossa sobrevivência. Os rios e os lagos são donos de vários tipos de seres que servem ao povo Karajá como festas e como alimentos, e também os rios e lagos são donos das nossas histórias e mitos. Por isso a destruição do rio não vai acabar apenas com nossos alimentos, vai também acabar com nossa cultura. Será um genocídio para o povo Karajá. Nós somos contra a construção desta Hidrovia porque é um genocídio para nós pois são 500 anos de resistência, luta e violência que estamos enfrentando.

Outros grandes projetos que põem em risco a nossa sobrevivência, são as hidrelétricas. Já estamos sofrendo com a construção da barragem de Lajeado. São milhares de famílias e comunidades Xerente afetadas. A barragem está sendo construída e as medidas compensatórias não estão sendo cumpridas pela INVESTCO, empresa responsável pelo empreendimento, segundo determina os Projetos Básicos Ambientais (PBAs).

Denunciamos os seguintes fatos:

1. A hidrelétrica de Lajeado está trazendo para o povo Xerente: doenças, prostituição, fome, bebedeiras e causando desrespeito a nossa cultura e aumento da violência na nossa terra. A INVESTCO não cumpre com suas promessas. O diagnóstico etno-ambiental deveria ser feito antes do início das obras. Até hoje não foi apresentado para a comunidade. Exigimos que os programas de agricultura, saúde e educação sejam permanentes, pois a hidrelétrica terá exploração de 35 anos. Não aceitamos ficar com os impactos, que ameaça a continuidade do povo Xerente.

2. A INVESTCO viola os direitos econômicos e alimentares, ao se apropriar dos meios de produção da população atingida, uma vez que as terras são adquiridas a preços irrisórios, e ainda se nega cumprir o que esta proposto no PBA referente ao reassentamento rural coletivo, o qual propõem reestruturar a comunidade e o meio de produção da mesma, em lotes produtivos que variam de 32 ha a 100 ha (PBA rural pag 33 a 38).

3. A empresa não considera o meio de produção das vilas tais como: Vila Graciosa, onde a maioria da população sobrevive da agricultura, ou são proprietários rurais.(PBA urbano pag 21 a 24) ou como já aconteceu com a população de Lajeadozinho, que foi forçada a ir para área urbana.

4. A INVESTCO, vem coagindo e induzindo as populações atingidas (urbana e rural), a vender suas propriedades a preços abaixo do custo de implantação em outro local, mantendo as mesmas condições de sobrevivência. Uma vez que as terras mais férteis (vazantes e ilhas), vão ser todas inundadas pela barragem.

5. Hoje após várias discussões, reuniões, seminários e audiências, desde do início da licitação da construção da UHE- Lajeado, as famílias aguardam respostas concretas e pleiteiam a efetivação das proposta que constam nos PBAs, a exemplo de reassentamento coletivo em lotes produtivos; estudo do lençol freático dos municípios de Palmas, Porto Nacional, e das comunidades de Pinheirópolis e São Francisco.

6. A INVESTCO no momento de cadastrar a população atingida, cadastrou aproximadamente 70% da população e o restante consideraram como proprietários não encontrados. Como as terras não tem títulos definitivos, isto dificulta o reconhecimento dos atingidos.

7. A INVESTCO mesmo antes de concluir o EIA-RIMA, contratou uma empresa chamada Agropastoril Lajeado, e esta que usou de ameaças e má-fé para adquirir as terras da população atingida pagando preços baixíssimos somente pelas terras, forçando os proprietários a continuarem nas terras como arrendatários os quais hoje estão sem saber para onde ir. As terras já foram vendidas e o dinheiro já não existe.

8. A Associação Comunitária da União dos Chacareiros de Palmas (ACUP), pleiteia junto este órgão a efetivação do reassentamento coletivo em lotes produtivos conforme o PBA rural (pag 33 a 39) o qual constam 41 famílias de pequenos agricultores.

A construção de grandes barragens no rio Tocantins, como as usinas de Tucuruí, no Pará e Serra da Mesa, em Goiás, têm ocasionado sérios impactos sobre a fauna, a flora e a população. São ribeirinhos, indígenas, camponeses, lavradores, gente que depende exclusivamente do rio que tem sua vida ameaçada. O projeto da construção da usina de Serra Quebrada no rio Tocantins, que inundará mais de 5% do total da área do povo Apinajé, coloca em risco a sobrevivência de nossos filhos e do futuro de nossa nação e da nossa terra que já é pequena para nós. Nós povos Apinajé temos o rio como fonte do índio pois a nossa cultura é a mãe terra, é o rio, é a natureza, são os animais. Não aceitamos esta barragem. Iremos lutar até morrer para que nossos filhos possam viver em paz. Não aceitamos a barragem de Serra Quebrada. Nossa vontade deve ser respeitada.

Nós, povos Karajá-Javaé, ainda sofremos com a falta da demarcação de nossa terra. Estudos realizados em 1988, comprovam a ocupação tradicional da área indígena Boto Velho (Ina - WebóHana) - Ilha do Bananal, pelo Povo Karajá - Javaé, o qual foi protocolado na FUNAI no início do ano de 1999. Estamos muito preocupados com a lentidão como está se dando esse processo. Exigimos a imediata demarcação da nossa terra num prazo máximo de 30 (trinta) dias, pois estamos sofrendo diversas pressões externas por parte do

IBAMA, Fazendeiros.

Diante dos fatos apresentados, nos posicionamos contrários à execução desses projetos e:

- 1. Nós não aceitamos a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins;*
- 2. Reivindicamos a realização de audiências públicas sobre a Hidrovia nos locais atingidos;*
- 3. Exigimos a realização de audiência pública para discutirmos a UHE de Lajeado;*
- 4. Repudiamos a construção da barragem de Serra Quebrada;*
- 5. Exigimos a demarcação da terra Boto Velho.*

Atenciosamente, Povos Indígenas Apinajé, Krahô, Xerente, Karajá, Karajá - Javaé e Tapirapé, Ribeirinhos das margens dos Rios Tocantins e Araguaia

EXPEDIENTE:

O **Instituto Centro de Vida – ICV** é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que trabalha pela conscientização do ser humano, objetivando a defesa da vida e da natureza.

Coordenador Geral: Sérgio Henrique Guimarães

Rede Vida é distribuído semanalmente por Correio Eletrônico

Jornalista Responsável: André Luís Alves – DRT-MT 740

Estagiária: Clarissa Presotti

Instituto Centro de Vida – ICV

Rua 02, 203 – Boa Esperança – Cuiabá – MT

Fone/fax: (065) 627-1128 e 627-1809

E-mail: bemtevi@zaz.com.br

Rede Vida na Internet: www.riosvivos.org.br/boleicv.htm

www.zaz.com.br/cidades